

BOLETIM INFORMATIVO

JANEIRO
2008

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO



DIRECÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

Publicação mensal
Direcção-Geral do Orçamento
Telefone: 218846300
Fax: 218824962
Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>
Endereço *email*: dgo@dgo.pt

ÍNDICE

I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO - JANEIRO DE 2008	3
1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE DA RECEITA	3
3. ANÁLISE DA DESPESA	4
II - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007	8
1. INTRODUÇÃO	8
2. ANÁLISE DA RECEITA	8
3. ANÁLISE DA DESPESA	11
III - EXECUÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007	13
ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	13
IV - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL - JANEIRO DE 2008	15
1. INTRODUÇÃO	15
2. ANÁLISE DA RECEITA	15
3. ANÁLISE DA DESPESA	16
4. ÓPTICA DO FINANCIAMENTO - SALDO ORÇAMENTAL	18
5. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	18
ANEXOS	21
QUADRO I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO (JANEIRO DE 2008) ...	23
QUADRO 2 - RECEITA DO SUBSECTOR ESTADO (JANEIRO DE 2008)	24
QUADRO 3 - DESPESA DO SUBSECTOR ESTADO, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (JANEIRO DE 2008)	25
QUADRO 4 - DESPESA DO SUBSECTOR ESTADO, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (JANEIRO DE 2008)	26

ÍNDICE

QUADRO 5 - DESPESA DO SUBSECTOR ESTADO, POR MINISTÉRIOS E CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (JANEIRO DE 2008)	27
QUADRO 6 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007)	28
QUADRO 7 - EXECUÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007)	29
QUADRO 8 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL (JANEIRO DE 2008) ..	30
QUADRO 9 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES (JANEIRO DE 2008)	31
QUADRO 10 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007)	32
QUADRO 11 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007)	33
QUADRO 12 - INDICADORES FÍSICOS DO SISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA	34

I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO - JANEIRO de 2008

1. INTRODUÇÃO

O valor provisório do défice do subsector Estado, apurado na óptica da Contabilidade Pública, para o mês de Janeiro de 2008 situou-se em € 382 milhões, traduzindo uma melhoria de € 143 milhões relativamente ao mesmo período do ano passado.

A receita registou uma taxa de variação homóloga acumulada (tvha) de 4%, tendo contribuído para este resultado, em 1.2 p.p., a evolução das receitas fiscais - com uma taxa de crescimento de 1.4% - e em 2.9 p.p., as receitas não fiscais.

A despesa decresceu 0.5% relativamente a período homólogo do ano anterior. Este comportamento resulta, essencialmente, da interacção de dois factores de impacto contrário na despesa, a alteração do modelo de financiamento da EP - Estradas de Portugal, S.A. e o padrão intra-anual dos juros e outros encargos da dívida pública mais acentuado em 2008.

2. ANÁLISE DA RECEITA

A receita efectiva do subsector Estado ascendeu a € 3 216.9 milhões, apresentando um crescimento em termos homólogos de 4%.

A **receita fiscal** em Janeiro de 2008 registou um crescimento de 1.4%, quando comparada com o mesmo mês do ano de 2007. Para este resultado contribuíram os impostos directos com um crescimento de 7.5%, e os impostos indirectos com um decréscimo de 2.2%.

Em relação aos impostos directos, as receitas do IRS e do IRC registaram taxas de crescimento de, respectivamente, 4.7% e 29%. O aumento registado na receita do IRC ficou sobretudo a dever-se à redução no pagamento de reembolsos e de transferências para as Regiões Autónomas relativamente a Janeiro de 2007, uma vez que a cobrança

Factores explicativos da variação da receita do subsector Estado

	(Período: Janeiro)		Tvha do período	Contr. p/tvha (em p.p.)
	2007	2008		
Receita efectiva	3.091,8	3.216,9	4,0%	4,0
Receitas fiscais	2.666,6	2.703,1	1,4%	1,2
Impostos directos	982,0	1.055,4	7,5%	2,4
<i>dos quais:</i>				
- IRS	863,7	904,0	4,7%	1,3
- IRC	116,6	150,4	29,0%	1,1
Impostos indirectos	1.684,6	1.647,7	-2,2%	-1,2
<i>dos quais:</i>				
- ISP	252,3	260,9	3,4%	0,3
- IVA	908,2	954,9	5,1%	1,5
- Imposto consumo tabaco	248,6	139,7	-43,8%	-3,5
- Imposto de Selo	164,9	175,2	6,2%	0,3
Receitas não fiscais	425,2	513,8	20,8%	2,9

Legenda (última coluna): Contributo para a taxa de variação homóloga acumulada da receita (em pontos percentuais).

Factores explicativos da variação da despesa do subsector Estado

(Período: Janeiro)	€ Milhões			
	2007	2008	Tvha do período	Contr. p/tvha (em p.p.)
Despesa efectiva	3.616,8	3.598,9	-0,5%	-0,5
Despesa corrente	3.256,2	3.357,5	3,1%	2,8
Despesas com o pessoal	1.046,5	1.035,0	-1,1%	-0,3
<i>das quais:</i>				
- Remunerações certas permanentes	601,3	594,8	-1,1%	-0,2
- Abonos variáveis ou eventuais	23,7	26,1	9,9%	0,1
- Contribuição financeira CGA	350,0	320,0	-8,6%	-0,8
- ADSE - encargos com saúde	40,2	60,3	50,3%	0,6
Aquisição de bens e serviços correntes	29,8	36,3	21,6%	0,2
Juros e outros encargos	162,6	234,2	44,0%	2,0
Transferências correntes do OE	1.992,3	2.026,0	1,7%	0,9
<i>das quais:</i>				
- Transf. Serviço Nacional Saúde	683,0	658,3	-3,6%	-0,7
- Transf. Seg. Social (Lei Bases)	450,2	487,8	8,3%	1,0
- Transferências Administração Local	181,5	202,5	11,6%	0,6
Subsídios	1,0	0,5	-46,9%	0,0
Outras despesas correntes	24,0	25,5	6,2%	0,0
Despesas de capital	360,6	241,4	-33,1%	-3,3
Investimento	4,3	4,3	0,4%	0,0
Transferências de capital do OE	355,1	235,8	-33,6%	-3,3
<i>das quais:</i>				
- Transf. UMIC, I.P. - Cap. 50	0,0	10,1		0,3
- Transf. EP - Estradas Portugal, S.A. - Cap. 50	179,5	0,0	-100,0%	-5,0
- Transf. Administração Regional	93,3	138,4	48,3%	1,2
- Transferências Administração Local	77,8	62,4	-19,8%	-0,4
Outras despesas de capital	1,2	1,3	9,8%	0,0

bruta registou uma taxa de crescimento de, aproximadamente, 3%. Salienta-se que, pela natureza não homogénea da receita de IRC ao longo dos meses, os valores agora registados não representam o comportamento esperado da receita deste imposto, uma vez que será o resultado, em particular, da autoliquidação e dos pagamentos por conta, que determinarão a receita do ano.

Para a evolução negativa da receita dos impostos indirectos (-2.2%) contribuiu, com relevância significativa, a receita do imposto sobre o tabaco, cuja variação relativamente a Janeiro de 2007 reflectiu o comportamento atípico verificado no primeiro mês do ano passado, onde a cobrança registou um valor superior ao dobro da média mensal.

Ainda no âmbito dos impostos indirectos, destaca-se o desempenho do IVA, do Imposto do Selo e do ISP com taxas de crescimento de, respectivamente, 5.1%, 6.3% e 3.4%. A receita do ISV, induzida pelo comportamento das vendas do sector automóvel, registou uma evolução negativa de 7.1%.

O crescimento registado na receita dos outros impostos indirectos ficou sobretudo a dever-se ao Imposto Único de Circulação, uma vez que o seu pagamento é efectuado no mês de aniversário da matrícula do veículo, deixando assim de processar-se em prazo único, como acontecia com os extintos Imposto Municipal sobre Veículos, Imposto de Circulação e Imposto de Camionagem. Esta alteração de prazo leva a que o período de pagamento se distribua por todo o ano civil.

Por último, salienta-se o facto dos valores agora apresentados dizerem respeito apenas a um mês de receita e estarem, nalguns casos, influenciados por efeitos de natureza pontual, não permitindo, por enquanto, extrair uma tendência para o ano.

Por sua vez, a **receita não fiscal** registou uma taxa de variação de 20.8%, o que reflecte, essencialmente, o aumento das “reposições não abatidas nos pagamentos”.

3. ANÁLISE DA DESPESA

A despesa provisória do subsector Estado no primeiro mês do ano de 2008 situou-se em € 3 598.9 milhões, representando

um decréscimo em termos homólogos de 0.5%. O grau de execução da despesa situou-se em 7.9%.

Numa análise global, é de referir que a despesa no período foi influenciada, em grande medida, pelos dois seguintes factores de impacto contrário:

- A alteração do modelo de financiamento da rede rodoviária nacional a cargo da EP - Estradas de Portugal, S.A., que se traduziu na consignação a esta empresa, a partir de 2008, da contribuição de serviço rodoviário, quando, em 2007, a sua actividade era financiada por transferências do Orçamento do Estado. Acresce que, no primeiro semestre de 2007, se havia registado uma concentração do processamento de transferências para a EP - Estradas de Portugal, S.A., tendo o levantamento de fundos em Janeiro de 2007 sido equivalente a 37.6% da dotação inscrita no OE/2007;
- O grau de execução das despesas com juros e outros encargos correntes da dívida pública mais acentuado em Janeiro de 2008 por comparação com igual período do ano precedente, originando uma tvha elevada desta rubrica de despesa (+44%).

Se, para efeitos de comparabilidade, se adicionasse, à despesa de 2008, o montante transferido em 2007 para a EP - Estradas de Portugal, S.A. e se procedesse ao alinhamento da tvha dos juros e outros encargos à taxa de crescimento prevista no Relatório do Orçamento do Estado para 2008 (por memória, 5.6%), a tvha da despesa de Janeiro situar-se-ia em 2.7%.

Procedendo à análise da despesa do subsector Estado por classificação económica, de referir que o aumento das “despesas com pessoal” no mês de Janeiro resultou, a um nível mais desagregado de análise, da conjugação dos seguintes factores:

- Redução das “remunerações certas e permanentes” (-1.1%) - próximo do objectivo implícito ao Relatório do Orçamento do Estado para 2008 - sendo de salientar que o Ministério da Educação contribuiu em -0.8 p.p. para aquele resultado;
- Aumento dos “abonos variáveis ou eventuais” (+9.9%), explicado, essencialmente, pelo padrão intra-anual mais acentuado em 2008 do levantamento de fundos inscritos no Orçamento do Estado para pagamento dos suplementos de missão aos militares das Forças Nacionais Destacadas;
- Diminuição das “despesas com pessoal - segurança social” (-1.7%), o que resultou de uma redução do montante

Despesa efectiva - efeito transferências EP e da tvha dos “juros e outros encargos”

(Período: Janeiro)	€ Milhões		
	2007	2008	Var. rel.
1. Despesa efectiva	3.616,8	3.598,9	-0,5%
2. Transferência de 2007 para EP - Estradas Portugal, S.A.		179,5	
3. Alinhamento “juros e outros encargos” ao OE/2008		-62,5	
4. =1.+2.+3. Despesa efectiva comparável	3.616,8	3.715,8	2,7%

Nota: o valor considerado em 3. consiste em ajustar a tvha dos juros e outros encargos à previsão de crescimento do relatório do OE/2008 (por memória, 5,6%)

requisitado pela Caixa Geral de Aposentações, I.P. das verbas inscritas no Orçamento do Estado a título de contribuição financeira - em resultado das maiores disponibilidades de tesouraria registadas pela CGA, I.P. no final de 2007 - que mais do que compensa o aumento dos encargos com saúde suportados pela ADSE. Relativamente a estes últimos, é de salientar que apresentam um grau de execução mais acentuado em 2008.

A despesa com a “aquisição de bens e serviços correntes” registou uma tvha de 21.6%, sendo de salientar que o grau de execução desta rubrica de despesa foi superior em 0.9 p.p. face ao verificado em Janeiro de 2007. A evolução desta rubrica, cujo peso na despesa corrente não ultrapassa os 1.1%, reflecte o comportamento atípico de algumas despesas no início do ano.

No que se refere à evolução das “transferências correntes”, deve salientar-se, relativamente aos vários sectores institucionais, o seguinte:

- Administração Central - o decréscimo das transferências reflecte sobretudo o facto de a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., ter procedido, em Janeiro de 2007, ao levantamento da integralidade (€ 47.3 milhões) das verbas orçamentadas para a prossecução das medidas “Cuidados de saúde diferenciados/especializados” e “Saúde pública”, enquanto que, em 2008, o processamento de transferências se está a realizar numa base duodecimal. Este efeito dissipar-se-á no decurso da execução orçamental de 2008;

- Administração Local - o crescimento homólogo de 11.6% reflecte o facto de, em Janeiro de 2007, as transferências para a Administração Local se terem processado de acordo com a anterior Lei de Finanças Locais¹, com uma diferente estrutura corrente e de capital associada às verbas transferidas naquele âmbito;

- Segurança Social - a variação homóloga acumulada de 8.3% reflecte o aumento das transferências no âmbito do cumprimento da lei de bases da segurança social, sendo consistente com o comportamento previsto no Orçamento do Estado para 2008.

As despesas de capital, no seu conjunto, registaram um decréscimo de 33.1%, reflectindo a redução das “outras transferências de capital”, o que traduz, como referido, o

Natureza corrente e de capital das transferências no âmbito da Lei de Finanças Locais

(Período: Janeiro)	€ Milhões			
	2007	2008	Var. abs.	Var. rel.
Transferências correntes	164,2	188,4	24,2	14,7%
Transferências de capital	75,8	61,7	-14,1	-18,6%
Total	240,0	250,0	10,0	4,2%

¹ A nova Lei de Finanças Locais veio a ser aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

facto de, em 2008, a EP - Estradas de Portugal, S.A. não beneficiar de transferências do Orçamento do Estado.

II - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007

1. INTRODUÇÃO

O saldo global provisório do subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA), excluindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS) ascendeu, no período em análise, a € 270.2 milhões, apresentando uma redução relativamente a 2006.

A receita total apresentou um crescimento de 5.4%, em resultado do crescimento das receitas correntes em 7.3% e da diminuição das receitas de capital em 10.9%. O decréscimo das receitas de capital deveu-se, essencialmente, ao final do QCA III e à redução das vendas de património.

A despesa total registou um acréscimo de de 7.2% para o que contribuiu o crescimento das despesas correntes e de capital em 6.9% e 9.8%, respectivamente.

2. ANÁLISE DA RECEITA

	2006	2007	Tvha (%)	€ Milhões Contrib. p/ tvha (em p.p.)
Receita efectiva	14.355,6	15.134,0	5,4	5,4
Receitas correntes	12.853,6	13.796,2	7,3	6,6
Contrib. p/Seg. Social, CGA e ADSE	5.623,7	6.116,0	8,8	3,4
- CGA	5.621,1	6.112,2	8,7	3,4
Taxas, multas e outras penalidades	1.325,3	1.573,2	18,7	1,7
- IGFIJ	381,6	576,1	51,0	1,4
Transferências correntes	4.796,3	4.894,4	2,0	0,7
das quais:				
União Europeia	939,8	1.225,0	30,3	2,0
- IFAP	785,5	1.120,7	42,7	2,3
Receitas de capital	1.502,0	1.337,7	-10,9	-1,1
Transferências de capital	1.362,5	1.262,9	-7,3	-0,7
das quais:				
União Europeia	796,1	634,0	-20,4	-1,1

A receita efectiva atingiu € 15 134 milhões, que corresponde a um acréscimo de 5.4% face ao período homólogo, resultante do significativo aumento da receita corrente.

As receitas correntes registaram um acréscimo global de 7.3%, beneficiando sobretudo do acréscimo das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), em função dos seguintes factores:

- maior comparticipação do Orçamento do Estado, em linha com o orçamentado; e do

- aumento² de 2 p.p. na taxa de contribuição mensal dos SFA com trabalhadores abrangidos pelo regime de protecção social da função pública em matéria de pensões.

² Ao abrigo do nº 1 do art. 19º da Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro.

Salienta-se igualmente o acréscimo das transferências provenientes da União Europeia, no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER), destinadas ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) - organismo que resultou da fusão³ entre o Instituto Nacional de Garantia Agrícola (INGA) e o Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas (IFADAP).

O aumento da receita resultante da cobrança de “taxas, multas e outras penalidades” encontra-se influenciado pela alteração contabilística efectuada pelo Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça (IGFIJ), pelos motivos já referidos em anteriores boletins informativos.

Ao nível das “outras receitas correntes”, salienta-se sobretudo o aumento dos rendimentos de propriedade, em resultado do acréscimo do rendimento da carteira global de títulos da CGA. Saliente-se também os contributos do IGFPJ (juros maioritariamente provenientes de depósitos na CGD, efectuados mensalmente por entidades que são objecto de processos judiciais), bem como do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), Instituto do Turismo de Portugal (ITP) e Fundo de Estabilização Tributária (FET), resultante de aplicações em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) junto do Tesouro.

O aumento das transferências correntes de entidades que não integram as Administrações Públicas encontra-se influenciado pela reclassificação económica efectuada em 2007 pela CGA, de modo a dar cumprimento à delimitação do âmbito do sector empresarial do Estado⁴.

Com variações de sinal negativo, destaca-se sobretudo as transferências correntes da “Administração Central - Estado” e da Segurança Social. No primeiro caso, salienta-se sobretudo a diminuição das transferências destinadas ao IFAP, pelo facto das medidas que integram o Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS) terem sido exclusivamente concretizadas através de fundos comunitários (FEADER), na sequência da contribuição adicional⁵ atribuída a Portugal para os primeiros 2 anos de vigência do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER 2007-2013).

³ No âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

⁴ Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro.

⁵ No âmbito do Regulamento (CE) nº 1944/2006.

Embora de menor montante, destacam-se também os seguintes organismos:

- Serviços Sociais do Ministério da Justiça, pelo facto de, em 2006, a maior parte do pagamento dos encargos no âmbito do sistema de saúde daquele ministério ter sido maioritariamente efectuada através de transferências do OE, enquanto que em 2007 foi financiado através de transferências do IGFIJ;
- ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, na sequência da sua extinção⁶ e da integração das suas atribuições e competências na AICEP, EPE, com efeitos a partir de Julho de 2007.

No que respeita à diminuição das transferências provenientes da Segurança Social, está em causa o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), na sequência de um menor nível de execução dos seus projectos co-financiados.

A evolução das receitas de capital resulta fundamentalmente do decréscimo das transferências de capital provenientes da União Europeia, justificada por uma menor dotação do IAPMEI no âmbito do PRIME, na sequência do encerramento do QCA III.

Refira-se ainda que a receita proveniente da venda de bens de investimento diminuiu pelo facto de, em 2007, contrariamente ao que se verificou no exercício de 2006, praticamente não se ter verificado qualquer alienação de património do Estado afecto ao Ministério da Justiça, cujo produto da venda constitui receita do IGFIJ.

A variação das transferências de entidades que não integram as Administrações Públicas, deve-se ainda a algum efeito do pagamento da compensação financeira⁷ à CGA, na sequência da integração de diversos Fundos de Pensões, uma vez que a maior parte dessas verbas já foi transferida em exercícios anteriores.

Ainda assim, salienta-se o aumento das transferências de capital da “Administração Central - Estado” e da Segurança Social. No primeiro caso, destinadas sobretudo ao financiamento de projectos de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), assim como das novas

⁶ Nos termos do nº 1 do Decreto-Lei nº 244/2007, de 25 de Junho

⁷ Correspondente às provisões constituídas para a cobertura das responsabilidades assumidas pela CGA.

parcerias daquela Fundação com o Massachusetts Institute of Technology (MIT). No segundo caso, no âmbito do financiamento comunitário de projectos geridos pelo IAPMEI, que integram a componente de formação profissional.

3. ANÁLISE DA DESPESA

A despesa global efectiva atingiu, no período em análise, o montante de € 14 863,7 milhões, que corresponde a um aumento de 7.2% face ao último trimestre de 2006.

No âmbito dessa variação salienta-se o aumento das “transferências correntes para a Administração Central - Estado”, justificado pelo aumento das transferências do IGFIJ para o Instituto dos Registos e do Notariado, na sequência do já mencionado processo de centralização.

Destaque-se igualmente o aumento das transferências correntes para entidades que não integram as Administrações Públicas, traduzindo um crescimento de 6% no pagamento de pensões e outros abonos.

A despesa com a aquisição de bens e serviços aumentou face ao período homólogo, com destaque para a regularização por parte do IGFIJ de dívidas transitadas no âmbito do apoio judiciário concedido aos tribunais, acrescendo ainda o facto de, a partir de 2007, o âmbito daquele apoio ter sido alargado. A variação deste subagrupamento está também influenciada pelo facto de, a partir do 2º semestre de 2007, Autoridade Nacional de Protecção Civil ter passado a integrar o subsector⁸, tendo sucedido ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (serviço que era apenas dotado de autonomia administrativa).

O aumento das despesas com o pessoal relaciona-se, por um lado, com o facto de as universidades, institutos politécnicos e restantes SFA com trabalhadores abrangidos pelo regime de protecção social da função pública em matéria de pensões e que anteriormente não contribuíam para a CGA, terem passado a descontar mensalmente 7.5% para esta entidade. Está também influenciado pela regularização em 2007, por parte do IGFIJ, de prestações sociais em dívida para com a CGA.

	€ Milhões			
	2006	2007	Tvha (%)	Contrib. p/ tvha (em p.p.)
Despesa efectiva	13.864,0	14.863,7	7,2	7,2
Despesas correntes	12.561,7	13.433,4	6,9	6,3
Despesas com o pessoal	1.988,2	2.091,3	5,2	0,7
Transferências correntes	8.014,7	8.718,8	8,8	5,1
<i>das quais:</i>				
Outros subsectores Admin. Púb.	647,1	834,2	28,9	1,3
Outras transferências	7.367,6	7.884,6	7,0	3,7
- CGA	6.820,2	7.227,5	6,0	2,9
Despesas de capital	1.302,3	1.430,3	9,8	0,9

Despesas com o pessoal

	€ Milhões		
	2006	2007	Tvha (%)
- Remunerações Certas e Permanentes	1.683,8	1.652,3	-1,9
- Abonos Variáveis e Eventuais	110,4	71,5	-35,3
- Segurança Social	194,0	367,5	89,4
Total	1.988,2	2.091,3	5,2

⁸ Nos termos do Decreto-Lei nº 75/2007, de 29 de Março.

Ao nível da despesa de capital, salienta-se o aumento das transferências de capital para a “Administração Central - Estado”, justificado pelo IFAP, em função do aumento das transferências para entidades públicas - essencialmente para a Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (ex-IDRHA) e para a Direcção-Geral de Recursos Florestais - destinadas a projectos co-financiados em que são promotores.

III - EXECUÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007⁹

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Estima-se que a execução financeira do Serviço Nacional de Saúde tenha gerado um saldo de € 109.5 milhões.

Em relação à Receita Cobrada do Exercício, estima-se um crescimento de 0.2% comparativamente ao ano anterior, tendo em conta o mesmo universo de Instituições, explicada pelo efeito conjunto das seguintes evoluções:

- Aumento de 0.5% das transferências correntes obtidas do Orçamento do Estado;
- Diminuição de cerca de 18.9% das “Outras Receitas do Próprio Ano”, devido a uma redução de verbas oriundas do Euromilhões, cerca de menos € 45 milhões;
- Aumento de 8% da cobrança da “Prestação de Serviços”;
- Aumento de 23.3% no “Subsídio de Investimento”.

Em relação à Receita Cobrada Total (do exercício e de anos anteriores) estima-se um crescimento de 0.3%.

Ao nível da Despesa do Exercício, estima-se um crescimento de 3.1% (inferior ao crescimento nominal do PIB previsto para 2007), representando em termos absolutos mais € 244 milhões. A evolução estimada da despesa do SNS reflecte um controlo da evolução dos custos ao nível das instituições (hospitais e ARS). Em simultâneo constata-se um esforço adicional de criar condições financeiras sustentáveis aos hospitais do universo EPE (os contratos programas crescem a uma taxa superior à taxa de crescimento da transferência do Orçamento do Estado para o SNS).

Numa análise muito sintética sobre algumas das rubricas da despesa, destaca-se:

- “Despesas com Pessoal”, crescimento de 2.6%, essencialmente justificado pelo acréscimo das “Outras

⁹ Com base no Relatório elaborado pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

Despesas com Pessoal”, onde se incluem, as participações para a Caixa Geral de Aposentações (cuja taxa passou de 13% para 15%);

- “Compras”, crescimento de 2.2%, resultante de uma melhoria nas práticas de aprovisionamento das Instituições e da redução de preços dos medicamentos;

- “Fornecimentos e Serviços”, decréscimo de 3.9%, consequência da evolução estimada na contratação de serviços especializados (“Honorários”) e de uma alteração da contabilização das Unidades de Sangue, que passaram a constar nos Outros Subcontratos;

- “Produtos Vendidos por Farmácias”, regista-se uma redução de 0.9%, cerca de menos € 13 milhões, devido às medidas no âmbito da política do medicamento (redução do preço dos medicamentos) e aumento da quota de mercado dos genéricos;

- “Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica”, estima-se uma diminuição de 0.4%, cerca de menos € 3 milhões, consequência do cumprimento do estabelecido na Lei do Orçamento de Estado de 2007 que no seu art.º 149 estabelecia que a despesa com convenções teria um crescimento nulo em 2007 (o que implicou reduções de preço, ao longo do ano, em várias convenções);

- “Outros Serviços de Saúde”, onde se incluem os Contratos Programa com Hospitais EPE, crescem 7.1%, cerca de mais € 196 milhões, reflexo da contratualização com os hospitais EPE.

IV - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL - JANEIRO DE 2008 ¹⁰

1. INTRODUÇÃO

A receita total do período em análise, incluindo o saldo de anos anteriores no valor de € 117.9 milhões, evidencia um acréscimo de 12.6% em relação ao período homólogo de 2007 e a despesa total um decréscimo de 1.7% em relação ao mesmo período.

A receita efectiva regista um acréscimo de 12.8% enquanto que a despesa efectiva evidencia um decréscimo de 5% quando comparadas com os valores registados no período homólogo de 2007.

O comportamento da receita está condicionado, nomeadamente, pela evolução das contribuições que, representando 62.5% da receita efectiva, evidenciam um acréscimo de 6% relativamente ao período homólogo de 2007 e pelas transferências correntes obtidas que representam 35.8% da receita efectiva.

O decréscimo de 5% na despesa efectiva, relativamente ao valor registado no período homólogo de 2007, decorre do agravamento de 6.5% nas pensões e de um decréscimo de 70.4% nos subsídios a acções de formação profissional.

A execução orçamental no período em análise gerou um saldo orçamental na óptica da contabilidade pública de € 590.7 milhões, reflectindo um acréscimo de € 299 milhões face ao valor obtido em igual período de 2007.

2. ANÁLISE DA RECEITA

A receita efectiva atingiu no período em análise € 1 991.4 milhões, denotando, em relação ao período homólogo do ano anterior, um acréscimo de 12.8%.

¹⁰ Relatório elaborado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP.

Subsistema de Protecção Familiar

	€ milhões				
Previsão receita anual	Execução orç. Janeiro 2007	Execução orç. Janeiro 2008	Varição homóloga		Grau execução relativamente OSS/2008 (%)
IVA Social - Lei 39-B/1994, de 27 de Dezembro	691,9	54,9	57,7	5,1%	8,3%

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP

Para o referido resultado contribuíram, nomeadamente:

- Receita de Contribuições - As contribuições e quotizações cobradas no período de Janeiro de 2008 situam-se em € 1 244.5 milhões, representando 62.5% da receita efectiva do Sistema de Segurança Social e evidenciando um acréscimo de 6% relativamente a igual período de 2007.

- Receita do IVA Social - O montante recebido de IVA Social para financiamento do Subsistema de Protecção Familiar apresenta um nível de execução de 8.3%, evidenciando um acréscimo de 5.1% face ao período homólogo de 2007.

- Transferências Correntes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - As transferências do MTSS para cobertura financeira das despesas do Sistema de Protecção Social de Cidadania, que inclui o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Protecção Familiar e o Subsistema de Acção Social atingiram € 470.4 milhões, excedendo em 4.5% o valor recebido em igual período do ano anterior e estando 0.05 p.p. abaixo da variação implícita no OSS/2008. As transferências do MTSS para financiamento da componente pública nacional dos subsídios às Acções de formação profissional que integram o Sistema Previdencial - Repartição (100% - QREN e 50% - QCA) atingiu o montante de € 17.4 milhões.

- Outras receitas correntes - Incluem as transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no valor de € 14 milhões, que acusam um decréscimo de 44.5% relativamente ao período homólogo.

- Receitas de capital - Registaram-se transferências da componente comunitária - FEDER que atingiram o montante de € 0.7 milhões no período em análise, representando um acréscimo de 31.2% em relação ao período homólogo de 2007.

3. ANÁLISE DA DESPESA

A despesa global efectiva atingiu no período de Janeiro de 2008 o montante de € 1400.7 milhões, representando, em relação a idêntico período de 2007, um decréscimo de 5%.

Para o supracitado comportamento da despesa, há a referir o seguinte:

- Pensões - a execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de € 898.8 milhões que corresponde a 6.9% do valor orçamentado, reflectindo um crescimento de 6.5% face ao período homólogo do ano anterior e representando 64.2% da despesa efectiva total.

Para este crescimento de 6.5% do total de pensões e complementos contribuem: a eventualidade da “Velhice” com uma variação homóloga de 7.3%, a eventualidade de “Sobrevivência” com uma variação de 6.7% e a “Invalidez” com 1.1%.

- Subsídios de desemprego e social de desemprego e apoios ao emprego - no período de Janeiro de 2008 a despesa registada com o subsídio de desemprego, social de desemprego e apoios ao emprego atingiu o montante de € 124.7 milhões, representando 8.9% da despesa efectiva e 9.5% da despesa corrente realizada, correspondente a uma execução orçamental de 7%. A despesa realizada no período em análise evidencia ainda um decréscimo de 19.1. No número de Beneficiários verifica-se uma quebra face ao mês homólogo de 2007 de 13%.

- Abono de Família - atingiu no período em análise o montante de € 55.3 milhões, no que absorve 4% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um acréscimo de 4.3% em relação a igual período de 2007 e executando 7.2% do valor orçamentado. Na evolução do número de Beneficiários constata-se uma variação positiva de 1.9% relativamente ao mês homólogo de 2007.

- Subsídio e complemento de doença - no montante de € 30.1 milhões, representando 2.2% da despesa efectiva do Sistema, apresentam um decréscimo de 33.2% em relação a igual período de 2007, o que traduz um grau de execução orçamental de 6.3%. Relembramos que a despesa em Janeiro de 2007 apresentou um valor muito elevado, consequência da recuperação de pagamentos do ano de 2006, o que influencia as variações com o período homólogo.

- Rendimento Social de Inserção - atingiu o montante de € 29.1 milhões, absorvendo 2.1% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um decréscimo de 2.8% relativamente ao mesmo período de 2007 e executando 7.8% do valor orçamentado.

- Acção Social - A despesa com as prestações de Acção Social ascende ao montante de € 104.7 milhões, isto é 7.5% da

Evolução do número de beneficiários da Segurança Social

(Período: Janeiro)

	2007	2008	Tvha (%)
Pensões e complementos	2.737.968	2.782.887	1,6%
Invalidez	315.365	311.215	-1,3%
Velhice	1.776.743	1.815.080	2,2%
Sobrevivência	645.860	656.592	1,7%
Prestações de desemprego	295.145	256.738	-13,0%
Abono de família	1.540.319	1.569.157	1,9%
Prestações com doença	120.349	112.547	-6,5%

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP

despesa efectiva do Sistema, apresentando um nível de execução de 6.5%, revelando, em relação a igual período de 2007, um decréscimo nominal de 3%.

- Subsídios a Acções de formação profissional - no total de € 34.3 milhões, evidenciam um decréscimo de 70.4% relativamente a igual período do ano transacto. De referir que estas acções de formação profissional são cofinanciadas pelo FSE, apresentando, nesta componente, um decréscimo de 71.6% face a igual período do ano transacto, enquanto que na componente pública nacional o decréscimo é da ordem dos 67%.

- PIDDAC/OSS, OE e FEDER - Em Janeiro de 2008 apenas se efectuaram pagamento no âmbito do P17 - Componente Comunitária - FEDER que atingiu o montante de € 0.7 milhões, apresentando no seu conjunto um acréscimo de 31.2%, em relação a 2007.

Saldo de execução orçamental da Segurança Social por sistemas

€ milhões

Saldo por sistemas de Segurança Social	
Sistema Previdencial - Repartição	465,7
Sistema Previdencial - Capitalização	48,8
Sistema Protecção Social de Cidadania	76,2
Saldo global	590,7

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP

4. ÓPTICA DO FINANCIAMENTO - SALDO ORÇAMENTAL

O saldo da execução do orçamento, na óptica da Contabilidade Pública, no período de Janeiro de 2008, no valor de € 590.7 milhões, apresenta o desdobramento por Subsistemas indicado no quadro à margem.

5. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O saldo global apurado em Janeiro de 2008 pela diferença entre a receita total - incluindo o saldo do ano anterior no valor de € 117.9 milhões - e a despesa total, cifra-se em € 709.4 milhões, superior ao valor registado no ano de 2007.

Analisando a decomposição do saldo global por cada um dos Sistemas do Sistema Público de Segurança Social constata-se que:

- Sistema Previdencial - Repartição: atinge € 604.9 milhões incorporando a transferência interna do Subsistema de Solidariedade no montante de € 0.021 milhões relativa às receitas cessantes. Sendo que dos € 604.9 milhões, € 235.8 milhões são saldo das Acções de Formação Profissional - FSE.

- Subsistema Previdencial - Capitalização: o saldo situa-se em € 49.7 milhões.

- Subsistema de Solidariedade: o saldo ascende a € 26.7 milhões excluindo as transferências internas para o Subsistema de Protecção Familiar no montante de € 25.1 milhões e, para o Sistema Previdencial - Repartição no montante € 21.4 milhões correspondente ao valor recebido em Janeiro relativo a receitas cessantes.
- Sistema de Acção Social: o balanceamento entre a receita cobrada e a despesa paga conduzem ao apuramento de um resultado de € 28.1 milhões.

Anexos

Quadro 1. Execução orçamental do subsector Estado
(Período: Janeiro)

	€ Milhões		
	2007	2008	T/vha (%)
Receitas correntes	3.030,0	3.122,8	3,1
Receitas fiscais	2.666,6	2.703,1	1,4
Impostos directos	982,0	1.055,4	7,5
Impostos indirectos	1.684,6	1.647,7	-2,2
Outras receitas correntes	363,4	419,7	15,5
Despesas correntes	3.256,2	3.357,5	3,1
Despesas com o pessoal	1.046,5	1.035,0	-1,1
Aquisição de bens e serviços correntes	29,8	36,3	21,6
Juros e outros encargos	162,6	234,2	44,0
Transferências correntes	1.992,3	2.026,0	1,7
Administrações Públicas	1.477,2	1.499,8	1,5
Outras	515,0	526,2	2,2
Subsídios	1,0	0,5	-46,9
Outras despesas correntes	24,0	25,5	6,2
Receitas de capital	61,8	94,1	52,3
Despesas de capital	360,6	241,4	-33,1
Investimento	4,3	4,3	0,4
Transferências de capital	355,1	235,8	-33,6
Administrações Públicas	175,7	212,3	20,8
Outras	179,5	23,6	-86,9
Outras despesas de capital	1,2	1,3	9,8
Saldo global	-525,0	-382,0	
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-226,2	-234,7	
Saldo de capital	-298,8	-147,3	
Saldo primário	-362,4	-147,8	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-0,4	-0,7	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 2. Receita do subsector Estado
(Período: Janeiro)

€ Milhões

	2007	Grau exec. (%)	2008	Grau exec. (%)	Tvha (%)
Receitas fiscais	2.666,6	7,7	2.703,1	7,4	1,4
Impostos Directos	982,0	7,3	1.055,4	7,1	7,5
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	863,7	10,0	904,0	9,8	4,7
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	116,6	2,4	150,4	2,7	29,0
Outros	1,7	11,3	1,0	10,0	-41,2
Impostos Indirectos	1.684,6	8,0	1.647,7	7,6	-2,2
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	252,3	7,4	260,9	9,5	3,4
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	908,2	6,9	954,9	6,8	5,1
Imposto sobre Veículos (*)	86,5	7,6	80,4	7,2	-7,1
Imposto de consumo sobre o tabaco	248,6	17,8	139,7	9,8	-43,8
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	18,9	9,1	27,8	13,1	47,1
Imposto do selo	164,9	9,9	175,2	9,6	6,2
Outros	5,2	3,7	8,8	5,4	69,2
Receitas não fiscais	425,2	13,2	513,8	15,6	20,8
Correntes	363,4	13,2	419,7	14,3	15,5
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	9,4	4,4	11,8	6,4	25,5
Comparticipações para a ADSE	9,4	4,4	11,8	6,4	25,5
Taxas, Multas e Outras Penalidades	36,4	6,4	34,9	6,0	-4,1
Taxas	18,4	7,9	16,0	6,2	-13,0
Juros de mora e compensatórios	4,7	2,4	0,3	0,2	-93,6
Multas do Código da Estrada	6,6	9,5	12,9	13,2	95,5
Outras multas e penalidades diversas	6,7	9,1	5,7	7,2	-14,9
Rendimentos da Propriedade	0,9	0,3	6,3	1,5	600,0
Juros	0,8	6,8	1,7	19,3	112,5
Dividendos e participações nos lucros	0,0	0,0	4,4	1,1	-
Outros	0,1	2,2	0,2	3,6	100,0
Transferências Correntes	170,4	16,6	147,9	14,0	-13,2
Administrações públicas	65,0	7,3	70,0	7,6	7,7
Exterior	103,7	87,7	77,7	62,3	-25,1
Outras	1,7	12,7	0,2	1,4	-88,2
Venda de Bens e Serviços Correntes	50,4	12,3	50,0	10,8	-0,8
Outras Receitas Correntes	2,6	6,9	0,4	1,1	-84,6
Prémios e taxas por garantias de riscos	2,3	9,5	0,0	0,0	-100,0
Outros	0,3	2,2	0,4	1,9	33,3
Recursos Próprios Comunitários	13,8	8,5	12,9	7,5	-6,5
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	79,5	284,9	155,5	561,4	95,6
Capital	61,8	13,2	94,1	26,2	52,3
Venda de Bens de Investimento	1,4	0,4	0,0	0,0	-100,0
Transferências de Capital	3,3	2,5	0,0	0,0	-100,0
Administrações públicas	1,4	3,0	0,0	0,0	-100,0
Exterior	1,9	2,2	0,0	0,0	-100,0
Outras	0,0	-	0,0	0,0	-
Saldos da Gerência Anterior	57,1	380,7	94,0	666,7	64,6
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,1	20,0	-
Receita efectiva	3.091,8	8,2	3.216,9	8,1	4,0

Por memória:

Activos Financeiros	0,4		0,7		
Alienação de partes sociais das empresas	0,0		0,0		
Outros activos	0,4		0,7		

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

(*) - Os valores de 2007 referem-se ao Imposto Automóvel (IA) até Julho e de Imposto sobre Veículos a partir de Agosto.

Nota: Os valores do conjunto das receitas fiscais, do artigo “Comparticipações para a ADSE” e do capítulo “Taxas, multas e outras penalidades”, para 2008, são fornecidos pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais. A distribuição dos valores deste último capítulo, em 2008, é efectuada proporcionalmente aos valores registados no Sistema Central de Receita (SCR). As outras receitas não fiscais em 2008, com excepção do capítulo “Recursos próprios comunitários”, são meras estimativas, que tiveram também em conta a informação disponibilizada no SCR pela Direcção-Geral de Tesouro e Finanças. As receitas para 2007 são as que constam do SCR e são valores provisórios.

Quadro 3. Despesa do subsector Estado, por classificação económica
(Período: Janeiro)

	€ Milhões					<i>Por memória:</i> Despesas anos anteriores	
	2007	Grau execução (%)	2008	Grau execução (%)	Tvha (%)	2007	2008
Despesas correntes	3.256,2	7,8	3.357,5	7,9	3,1	8,7	5,7
Despesas com o pessoal	1.046,5	7,6	1.035,0	7,9	-1,1	7,3	4,1
Remunerações Certas e Permanentes	601,3	7,1	594,8	7,5	-1,1	2,5	1,8
Abonos Variáveis ou Eventuais	23,7	5,1	26,1	6,4	9,9	1,3	0,8
Segurança Social	421,4	8,7	414,1	8,6	-1,7	3,4	1,6
Aquisição de bens e serviços correntes	29,8	1,9	36,3	2,8	21,6	1,2	1,2
Juros e outros encargos	162,6	3,4	234,2	4,6	44,0	0,0	
Transferências correntes	1.992,3	9,6	2.026,0	9,5	1,7	0,2	0,3
Administrações Públicas	1.477,2	8,1	1.499,8	7,9	1,5	0,2	0,3
Administração Central	845,5	8,2	809,5	7,7	-4,3	0,0	
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	
Administração Local	181,5	9,2	202,5	9,8	11,6	0,2	0,3
Segurança Social	450,2	7,6	487,8	7,6	8,3	0,0	
Outras transferências correntes	515,0	19,8	526,2	21,6	2,2	0,0	0,0
Subsídios	1,0	0,2	0,5	0,1	-46,9	0,0	
Outras despesas correntes	24,0	8,5	25,5	3,6	6,2	0,1	0,1
Despesa corrente primária	3.093,6	8,3	3.123,3	8,4	1,0	8,7	5,7
Despesa de capital	360,6	10,9	241,4	7,9	-33,1	0,0	0,1
Investimento	4,3	0,5	4,3	0,7	0,4	0,0	0,1
Transferências de capital	355,1	14,2	235,8	11,1	-33,6	0,0	0,0
Administrações Públicas	175,7	9,2	212,3	10,8	20,8	0,0	0,0
Administração Central	4,5	0,8	11,5	1,8	152,1	0,0	
Administração Regional	93,3	16,6	138,4	25,0	48,3	0,0	
Administração Local	77,8	10,2	62,4	8,2	-19,8	0,0	
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	
Outras transferências de capital	179,5	30,3	23,6	15,0	-86,9	0,0	
Outras despesas de capital	1,2	5,2	1,3	0,4	9,8	0,0	
Despesa efectiva	3.616,8	8,0	3.598,9	7,9	-0,5	8,7	5,9
<i>Por memória:</i>							
Activos financeiros	0,0		0,0				
Passivos financeiros	4.733,0		10.865,8				
Transferência para o Fundo Regularização da Dívida Pública	0,0		0,0				

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 4. - Despesa do subsector Estado, por classificação funcional
(Período: Janeiro)

	€ Milhões			
	2007	Estrutura (%)	2008	Estrutura (%)
Funções Gerais de Soberania	346,4	9,6	377,2	10,5
Serviços Gerais da Administração Pública	108,3	3,0	123,0	3,4
Defesa Nacional	77,2	2,1	82,7	2,3
Segurança e Ordem Públicas	160,9	4,4	171,5	4,8
Funções Sociais	2.081,5	57,6	2.085,2	57,9
Educação	512,1	14,2	503,1	14,0
Saúde	733,0	20,3	727,7	20,2
Segurança e Acção Sociais	819,6	22,7	826,6	23,0
Habitação e Serviços Colectivos	7,2	0,2	10,3	0,3
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	9,6	0,3	17,5	0,5
Funções Económicas	216,8	6,0	24,4	0,7
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	18,4	0,5	9,7	0,3
Indústria e Energia	0,0	0,0		0,0
Transportes e Comunicações	187,1	5,2	4,6	0,1
Comércio e Turismo	1,3	0,0		0,0
Outras Funções Económicas	10,0	0,3	10,1	0,3
Outras Funções	972,0	26,9	1.112,1	30,9
Operações da Dívida Pública	162,6	4,5	234,2	6,5
Transferências entre Administrações Públicas	809,5	22,4	877,9	24,4
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efectiva	3.616,8	100,0	3.598,9	100,0
<i>Por memória:</i>				
Activos financeiros	0,0		0,0	
Funções Gerais de Soberania	0,0		0,0	
Funções Sociais	0,0		0,0	
Funções Económicas			0,0	
Passivos financeiros e transferência FRDP				
Outras funções	4.733,0		10.865,8	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 5. - Despesa do subsector Estado, por Ministérios e classificação económica
(Período: Janeiro de 2008)

	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e da Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional	Economia e Inovação	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Solidariedade Social	Saúde	Educação	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Cultura	TOTAL
Despesas correntes	200,8	7,9	20,8	1.172,4	84,2	95,4	75,4	6,4	5,2	13,1	2,1	491,8	662,5	409,5	102,8	7,1	3.357,5
Despesas com o pessoal	2,7	3,8	12,3	411,2	76,4	88,7	65,1	2,2	3,5	9,9	0,7	3,4	3,9	347,4	0,6	3,1	1.035,0
Remunerações Certas e Permanentes	2,6	3,3	7,7	27,6	55,0	76,0	58,8	2,1	3,1	9,6	0,7	3,2	3,3	338,3	0,6	3,0	594,8
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,1	0,2	4,4	3,0	7,6	2,0	5,8	0,0	0,2	0,1	0,0	0,1	0,2	2,3	0,0	0,1	26,1
Segurança Social	0,0	0,3	0,1	380,6	13,9	10,8	0,6	0,0	0,2	0,2	0,0	0,1	0,4	6,8	0,0	0,1	414,1
Aquisição de bens e serviços correntes	0,1	0,5	3,3	8,2	7,2	2,1	9,9	0,2	0,4	0,8	0,1	0,3	0,3	0,4	0,2	2,2	36,3
Aquisição de bens	0,0	0,1	0,0	0,7	1,5	0,8	3,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,6
Aquisição de serviços	0,1	0,4	3,3	7,6	5,7	1,3	6,8	0,1	0,4	0,7	0,1	0,3	0,3	0,3	0,1	2,2	29,7
Juros e outros encargos				234,2										0,0			234,2
Transferências correntes	197,9	3,6	4,1	518,2	0,5	4,6	0,3	4,0	1,4	2,4	1,3	488,0	658,3	37,5	102,1	1,8	2.026,0
Administrações Públicas	197,9	3,5		18,1		4,5	0,0	4,0	1,4	2,4	1,3	487,9	658,3	23,7	96,4	0,3	1.499,8
Administração Central	8,7	3,5		18,1		4,2	0,0	4,0	1,4	2,4	1,3	0,2	658,3	10,7	96,4	0,3	809,5
Administração Regional																	
Administração Local	189,2					0,3								13,0			202,5
Segurança Social												487,8					487,8
Outras transferências correntes	0,0	0,0	4,1	500,1	0,5	0,1	0,3	0,0		0,0	0,0	0,1		13,7	5,6	1,5	526,2
Subsídios		0,0		0,5													0,5
Outras despesas correntes		0,0	1,1	0,2	0,0	0,0	0,0		0,0		0,0			24,2		0,0	25,5
Despesas de capital	201,7	0,0	0,0	22,1	3,3	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	2,1	0,0	0,0	1,3	10,4	0,0	241,4
Investimento	0,0	0,0	0,0	0,7	3,3	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0			4,3
Transferências de capital	201,7			21,4		0,2					2,1			0,0	10,4	0,0	235,8
Administrações Públicas	201,7					0,2								0,0	10,4		212,3
Administração Central	0,9					0,2								0,0	10,4		11,5
Administração Regional	138,4																138,4
Administração Local	62,4																62,4
Segurança Social																	
Outras transferências de capital				21,4							2,1					0,0	23,6
Outras despesas de capital														1,3			1,3
Despesa efectiva	402,5	7,9	20,8	1.194,5	87,5	95,6	75,6	6,4	5,3	13,1	4,2	491,8	662,6	410,8	113,2	7,2	3.598,9
<i>Por memória:</i>																	
Activos financeiros																	
Passivos financeiros				10.865,8													10.865,8
Transferência para o Fundo Regularização Dívida Pública																	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 6. Execução orçamental do subsector dos Serviços e Fundos Autónomos
(Período: Janeiro a Dezembro)

€ Milhões

	2006	2007	Tvha (%)
Receitas correntes	12.853,6	13.796,2	7,3
Impostos directos	14,4	20,5	42,3
Impostos indirectos	309,9	287,4	-7,3
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	5.623,7	6.116,0	8,8
Taxas, multas e outras penalidades	1.325,3	1.573,2	18,7
Transferências correntes	4.796,3	4.894,4	2,0
Outros subsectores das Administrações Públicas	3.648,6	3.411,8	-6,5
União Europeia	939,8	1.225,0	30,3
Outras transferências	207,8	257,5	23,9
Outras receitas correntes	784,0	904,7	15,4
Receitas de capital	1.502,0	1.337,7	-10,9
Transferências de capital	1.362,5	1.262,9	-7,3
Outros subsectores das Administrações Públicas	504,5	600,7	19,1
União Europeia	796,1	634,0	-20,4
Outras transferências	61,8	28,1	-54,5
Despesas correntes	12.561,7	13.433,4	6,9
Despesas com o pessoal	1.988,2	2.091,3	5,2
Aquisição de bens e serviços	1.056,1	1.133,1	7,3
Juros e outros encargos	14,5	17,3	19,3
Transferências correntes	8.014,7	8.718,8	8,8
Outros subsectores das Administrações Públicas	647,1	834,2	28,9
Outras transferências	7.367,6	7.884,6	7,0
Subsídios	1.420,1	1.407,8	-0,9
Outras despesas correntes	68,1	65,1	-4,4
Despesas de capital	1.302,3	1.430,3	9,8
Investimento	382,4	376,7	-1,5
Transferências de capital	896,3	947,5	5,7
Outros subsectores das Administrações Públicas	182,9	231,2	26,4
Outras transferências	713,4	716,3	0,4
Outras despesas de capital	23,6	106,1	350,2
Saldo global	491,6	270,2	
<i>Por memória:</i>			
Despesas de anos anteriores	121,6	210,0	
Despesa corrente primária	12.547,2	13.416,1	
Saldo primário	506,1	287,6	
Saldo corrente	291,9	362,8	
Saldo de capital	199,7	-92,6	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	109,8	-19,5	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-13,8	-8,9	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	368,1	280,8	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Não inclui: SNS e o Fundo Regularização da Dívida Pública (FRDP).

Organismos com execução orçamental em falta:

2006 - Assembleia da República.

2007 - Assembleia da República e Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Quadro 7. Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde
(Período: Janeiro a Dezembro)

€ Milhões

	2006		2007	Tvha (%)
	Universo Real	Universo Comparável		
Receita cobrada	8.335.2	8.217.4	8.241.1	0.3
Subsídio de investimento	73.0	62.6	77.2	23.3
Prestação de serviços	334.3	247.3	258.8	4.7
Próprio ano	166.8	123.2	133.0	8.0
Anos anteriores	167.5	124.1	125.8	1.4
Transferências correntes do Orçamento Estado	7.631.9	7.631.9	7.673.4	0.5
Outros proveitos operacionais	66.2	50.3	42.3	-15.9
Próprio ano	35.3	27.4	17.5	-36.1
Anos anteriores	30.9	22.9	24.8	8.3
Proveitos e ganhos financeiros	4.8	4.0	6.6	65.0
Próprio ano	4.8	4.0	6.5	62.5
Anos anteriores	0.0	0.0	0.1	-
Outras receitas	225.0	221.3	182.8	-17.4
Próprio ano (inclui as Outras Rec. SNS) (a)	223.7	220.5	178.8	-18.9
Anos anteriores	1.3	0.8	4.0	400.0
Despesa total	8.031.2	7.888.0	8.131.6	3.1
Despesas com o pessoal	2.051.6	1.647.9	1.691.4	2.6
Compras	617.9	449.7	459.4	2.2
Fornecimentos e serviços	350.5	286.5	275.2	-3.9
Subcontratos (b)	4.679.5	5.200.3	5.402.9	3.9
Produtos vendidos farmácias (c)	1.452.4	1.452.4	1.439.3	-0.9
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	675.2	675.2	672.5	-0.4
Outros serviços de saúde - Hospitais EPE	2.199.1	2.763.0	2.959.3	7.1
Outros subcontratos (d)	352.8	309.7	331.8	7.1
Imobilizações	167.4	141.6	144.0	1.7
Outras despesas exercício (inclui as Outras despesas do SNS) (a) (e)	164.3	162.0	158.7	-2.0
Saldo	304.0	329.4	109.5	

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

Notas: A coluna "2006 - universo comparável" inclui a receita e despesa dos meses de Janeiro e Fevereiro, por rubrica orçamental, dos 12 novos HEPE e que são os seguintes: C.H.Gaia, H. Espinho, H. Chaves, H. Lamego, H. Fafe, H. de Santo Tirso, C. H. Coimbra, C. H. Lisboa Central, H. Estefânia, H. Évora, H. Elvas e H. Portalegre.

Inclui ainda os elementos de Janeiro até Setembro (inclusivé) do H. Maria Pia e Maternidade Júlio Dinis e os elementos até Junho (inclusivé) dos 3 CRA.

A consolidação é efectuada nas rubricas de Subcontratos e Despesas de Anos Anteriores

A taxa de variação homóloga acumulada (tvha) compara os valores de 2007 com os valores do universo comparável de 2006.

(a) Incluem Outras Receitas e Outras Despesas do SNS, nomeadamente as Convenções Internacionais.

(b) Valores consolidados.

(c) Inclui a Diabetes Mellitus.

(d) Inclui o Hospital Fernando da Fonseca, Hospital da Cruz Vermelha, da Prelada, o CMFRSul e não inclui as farmácias hospitalares.

(e) Inclui despesa com Protocolos com Subsistemas, Parcerias, IPSS e outros serviços oficiais e ainda Convenções Internacionais.

**Quadro 8 Execução orçamental da Segurança Social
(Período: Janeiro)**

€ Milhões

	2007	2008	Tvha (%)
Receitas correntes	1.763,6	1.990,4	12,9
Contribuições e quotizações	1.174,2	1.244,5	6,0
Adicional ao IVA	54,9	57,7	5,1
Transferências correntes da Administração Central	461,2	497,8	7,9
Transferências do Fundo Social Europeu	7,0	143,6	1.965,6
Outras receitas correntes	66,3	46,9	-29,2
Receitas de capital	2,0	1,0	-50,7
Transferências do Orçamento de Estado	0,0	0,0	-
Outras receitas capital	2,0	1,0	-50,7
Despesas correntes	1.472,8	1.399,5	-5,0
Pensões	844,0	898,8	6,5
Sobrevivência	120,6	128,7	6,7
Invalidez	100,4	101,5	1,1
Velhice	623,0	668,6	7,3
Subsídio familiar a crianças e jovens	53,0	55,3	4,3
Subsídio por doença	45,1	30,1	-33,2
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	154,0	124,7	-19,1
Outras prestações	46,4	41,9	-9,7
Acção social	108,0	104,7	-3,0
Rendimento Social de Inserção	29,9	29,1	-2,8
Administração	24,9	25,8	3,6
Outras despesas correntes	51,5	54,7	6,3
<i>das quais:</i>			
Transferências e subsídios correntes	51,5	54,7	6,3
Acções de Formação Profissional	115,9	34,3	-70,4
<i>das quais:</i>			
Com suporte no Fundo Social Europeu	85,0	24,1	-71,6
Despesas de capital	1,1	1,2	15,2
PIDDAC	0,5	0,7	31,2
Outras	0,6	0,6	0,3
Saldo global	291,7	590,7	
<i>Por memória:</i>			
Activos financeiros líquidos de reembolsos	21,5	-0,9	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-2,0	0,0	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	270,2	591,6	

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Nota: Os dados referentes a 2008 foram fornecidos pelas Instituições da Segurança Social, sendo provisórios.

Quadro 9. Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações
(Período: Janeiro)

€ Milhões

	2007	Grau execução (%)	2008	Grau execução (%)	Tvha (%)
Receitas correntes	559,5	7,7	541,1	7,3	-3,3
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	526,9	8,6	506,5	8,0	-3,9
Quotas de subscritores	100,1	6,8	95,8	6,5	-4,3
Comparticipação do Orçamento do Estado	350,0	10,6	320,0	9,5	-8,6
Administrações Públicas	32,5	5,7	33,8	5,7	3,9
Contribuições de entidades	44,3	5,4	56,9	6,2	28,4
IVA consignado à CGA					-
Transferências correntes	30,8	3,2	31,2	3,4	1,4
Orçamento do Estado	16,8	2,3	16,8	2,3	0,0
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	11,5	7,3	11,5	7,2	0,0
Subvenções vitalícias	0,7	8,2	0,7	8,1	0,0
Pensões de preço de sangue	2,5	7,2	2,5	7,4	0,0
Outras transferências do OE	2,2	7,2	2,2	7,5	0,0
Adicional ao IVA		0,0		0,0	-
Outras transferências correntes	13,9	6,5	14,3	6,9	3,0
Outras receitas correntes	1,8	1,3	3,5	2,8	96,8
Receitas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesas correntes	514,1	7,0	540,6	7,2	5,2
Despesas com pessoal	0,9	13,5	0,9	13,2	0,1
Aquisição de bens e serviços correntes	2,3	6,6	1,2	4,0	-48,3
Juros e outros encargos	0,0	2,9	0,2	35,8	658,1
Transferências correntes	510,8	7,0	538,2	7,2	5,4
Pensões e abonos da responsabilidade de:					
Caixa Geral de Aposentações	442,3	6,9	472,7	7,3	6,9
Orçamento do Estado	16,0	6,9	16,5	7,1	2,7
Outras entidades	52,4	7,9	47,6	6,0	-9,2
Outras transferências correntes	0,0	0,0	1,4	44,8	-
Outras despesas correntes	0,0	2,6	0,1	4,1	62,0
Despesas de capital	0,0	-	0,0	-	-
Saldo global	45,4		0,6		
Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública					
<i>Por memória:</i>					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	0,0		0,0		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0		0,0		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	45,4		0,6		

Quadro 10 - Execução orçamental da Administração Regional
(Período: Janeiro a Dezembro)

€ Milhões

	2006	2007		Tvha (%)	
	Administração Regional	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma dos Açores	Administração Regional	Administração Regional
Receitas correntes	1.719,3	905,4	660,8	1.566,2	-8,9
Impostos directos	475,2	275,0	189,6	464,7	-2,2
<i>dos quais:</i>					
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	313,0	179,5	126,7	306,2	-2,2
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	161,1	94,6	62,9	157,5	-2,2
Impostos indirectos	872,2	441,8	282,5	724,3	-17,0
<i>dos quais:</i>					
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	568,2	279,8	162,9	442,7	-22,1
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	6,8	5,8	4,1	9,9	45,1
Taxas, multas e outras penalidades	34,2	22,2	13,2	35,4	3,6
Rendimentos da propriedade	5,3	3,7	5,7	9,3	76,6
Transferências correntes	246,6	143,6	145,0	288,6	17,0
<i>das quais:</i>					
Administração Central - Estado	169,9	97,8	140,1	237,9	40,0
Venda de bens e serviços correntes	33,7	8,5	9,4	17,9	-46,9
Reposições não abatidas nos pagamentos	5,5	1,4	2,1	3,5	-37,1
Outras receitas correntes	39,8	3,4	9,2	12,6	-68,3
Receitas de capital	394,4	341,6	255,1	596,7	51,3
Venda de bens de investimento	0,3	0,8	0,1	0,9	185,3
Transferências de capital	393,8	340,9	254,8	595,7	51,3
<i>das quais:</i>					
Administração Central - Estado	240,0	97,2	215,4	312,7	30,3
Outras receitas de capital	0,3	0,0	0,1	0,1	-57,3
Despesas correntes	1.576,7	925,3	711,7	1.637,0	3,8
Despesas com o pessoal	782,5	374,6	330,8	705,4	-9,9
Aquisição de bens e serviços	366,4	208,6	145,6	354,3	-3,3
Juros e outros encargos	38,3	39,9	12,0	51,9	35,4
Transferências	325,3	291,4	171,5	462,9	42,3
Subsídios	50,6	9,2	36,1	45,3	-10,5
Outras despesas correntes	13,6	1,4	15,8	17,2	26,4
Despesas de capital	495,7	292,7	237,5	530,2	7,0
Investimento	257,9	166,3	105,4	271,7	5,3
Transferências	237,5	126,4	131,8	258,2	8,7
Outras despesas	0,3	0,0	0,3	0,3	0,0
Saldo global	41,2	29,0	-33,3	-4,4	
<i>Por memória:</i>					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	10,6	23,3	0,4	23,7	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-1,2	-1,0	-0,1	-1,1	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	29,5	4,7	-33,8	-29,1	

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

Quadro 11 - Execução orçamental da Administração Local
(Período: Janeiro a Dezembro)

€ Milhões

	Uníverson Real		Uníverson Comparável		
	2006	2007	2006	2007	Tvha (%)
Receitas correntes	4.954,6	5.201,5	4.521,1	5.201,5	15,0
Impostos directos	2.059,0	2.173,1	1.847,6	2.173,1	17,6
Imposto Municipal sobre Transmissões	724,1	839,0	640,8	839,0	30,9
Imposto Municipal sobre Imóveis	918,2	912,2	822,5	912,2	10,9
Imposto Municipal sobre Veículos	132,6	126,3	120,7	126,3	4,6
Derrama	281,8	293,0	261,3	293,0	12,1
Outros	2,3	2,7	2,3	2,7	13,5
Impostos indirectos	208,0	220,7	188,0	220,7	17,4
Taxas, multas e outras penalidades	232,7	225,5	219,4	225,5	2,8
Rendimentos da propriedade	159,7	172,5	139,9	172,5	23,3
Transferências correntes	1.577,6	1.707,8	1.460,4	1.707,8	16,9
<i>das quais:</i>					
Lei das Finanças Locais	1.375,6	1.389,5	1.275,9	1.389,5	8,9
Fundo Geral Municipal	932,9	994,9	859,8	994,9	15,7
Fundo de Coesão Municipal	243,6	137,8	230,6	137,8	-40,2
Fundo de Base Municipal	199,2	256,7	185,6	256,7	38,3
Venda de bens e serviços correntes	663,8	646,4	617,3	646,4	4,7
Reposições não abatidas nos pagamentos	4,5	9,5	4,3	9,5	123,5
Outras receitas correntes	49,3	45,9	44,2	45,9	3,7
Receitas de capital	1.744,3	1.370,9	1.604,7	1.370,9	-14,6
Venda de bens de investimento	211,3	134,8	199,5	134,8	-32,4
Transferências de capital	1.506,3	1.206,8	1.386,4	1.206,8	-13,0
<i>das quais:</i>					
Lei das Finanças Locais	915,0	651,8	848,2	651,8	-23,1
Fundo Geral Municipal	622,7	648,0	573,5	648,0	13,0
Fundo de Coesão Municipal	160,4	2,3	151,8	2,3	-98,5
Fundo de Base Municipal	131,9	1,5	122,8	1,5	-98,8
Outras receitas de capital	26,7	29,3	18,9	29,3	55,2
Despesas correntes	4.217,2	4.232,6	3.853,3	4.232,6	9,8
Despesas com o pessoal	2.028,0	1.918,9	1.868,8	1.918,9	2,7
Aquisição de bens e serviços	1.419,8	1.497,3	1.275,7	1.497,3	17,4
Juros e outros encargos	129,2	167,7	118,6	167,7	41,4
Transferências	420,1	430,4	378,7	430,4	13,7
Subsídios	114,6	128,6	111,9	128,6	14,9
Outras despesas correntes	105,5	89,7	99,5	89,7	-9,9
Despesas de capital	2.376,3	2.212,0	2.195,4	2.212,0	0,8
Investimento	1.987,6	1.849,3	1.845,7	1.849,3	0,2
Transferências	352,1	336,1	313,5	336,1	7,2
Outras despesas	36,5	26,6	36,2	26,6	-26,4
Saldo global	105,4	127,8	77,1	127,8	
<i>Por memória:</i>					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	24,7	2,6	23,4	2,6	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-63,8	-26,9	-62,8	-26,9	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	17,0	98,3	-9,1	98,3	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Uníverson:

2006: Falta a execução orçamental relativa a 1 município

2007: Falta a execução orçamental relativa a 22 municípios

Uníverson comparável: 286 municípios

Quadro 12. Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública

Pensionistas

	Aposentação/reforma									Sobrevivência e outros			Abonos abatidos de aposentação/reforma			
	Velhice e outros motivos			Invalidez			Total			Total	H	M	Total	H	M	
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M							
2007																
Janeiro	321.749	199.982	121.767	73.084	36.778	36.306	394.833	236.760	158.073	130.098	18.429	111.669	671	499	172	
Fevereiro	322.890	200.388	122.502	73.184	36.767	36.417	396.074	237.155	158.919	130.278	18.465	111.813	893	671	222	
Março	323.699	200.541	123.158	73.393	36.806	36.587	397.092	237.347	159.745	130.569	18.569	112.000	887	680	207	
Abril	324.526	200.828	123.698	73.554	36.830	36.724	398.080	237.658	160.422	130.718	18.661	112.057	917	658	259	
Maió	325.592	201.360	124.232	73.669	36.833	36.836	399.261	238.193	161.068	130.789	18.645	112.144	847	641	206	
Junho	326.573	201.768	124.805	73.938	36.919	37.019	400.511	238.687	161.824	131.121	18.735	112.386	801	599	202	
Julho	326.883	201.707	125.176	74.070	36.925	37.145	400.953	238.632	162.321	131.313	18.808	112.505	854	629	225	
Agosto	327.398	201.820	125.578	74.221	36.953	37.268	401.619	238.773	162.846	131.605	18.879	112.726	761	559	202	
Setembro	327.953	202.034	125.919	74.327	36.985	37.342	402.280	239.019	163.261	131.826	18.924	112.902	705	518	187	
Outubro	327.395	201.623	125.772	74.205	36.898	37.307	401.600	238.521	163.079	132.143	19.005	113.138	721	519	202	
Novembro	327.693	201.591	126.102	74.258	36.909	37.349	401.951	238.500	163.451	132.237	19.004	113.233	777	571	206	
Dezembro	328.317	201.426	126.891	74.348	36.912	37.436	402.665	238.338	164.327	131.603	18.925	112.678	1.251	929	322	
2008																
Janeiro	329.443	201.794	127.649	74.469	36.937	37.532	403.912	238.731	165.181	131.854	18.970	112.884	685	492	193	

Novos Pensionistas de aposentação/reforma

	Administr. Central			Administr. Regional			Administr. Local			Militares e forças Segurança			Outros			Total		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
2007																		
Janeiro	1.257	310	947	57	27	30	229	184	45	116	92	24	182	120	62	1.841	733	1.108
Fevereiro	1.228	363	865	50	18	32	212	175	37	88	54	34	556	424	132	2.134	1.034	1.100
Março	1.182	320	862	58	30	28	213	168	45	150	131	19	302	219	83	1.905	868	1.037
Abril	1.035	284	751	39	22	17	270	217	53	180	160	20	381	298	83	1.905	981	924
Maió	850	229	621	28	16	12	199	166	33	116	99	17	835	656	179	2.028	1.166	862
Junho	1.066	315	751	31	11	20	244	192	52	231	205	26	479	367	112	2.051	1.090	961
Julho	830	217	613	23	7	16	178	142	36	136	108	28	129	96	33	1.296	570	726
Agosto	899	293	606	24	9	15	167	133	34	162	139	23	175	115	60	1.427	689	738
Setembro	624	158	466	19	7	12	113	82	31	157	146	11	453	357	96	1.366	750	616
Outubro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41	31	10	41	31	10
Novembro	685	197	488	13	9	4	116	93	23	118	105	13	196	143	53	1.128	547	581
Dezembro	1.278	231	1.047	29	18	11	146	103	43	121	107	14	391	305	86	1.965	764	1.201
2008																		
Janeiro	1.426	480	946	12	6	6	112	94	18	164	151	13	218	156	62	1.932	887	1.045

Fonte. Caixa Geral de Aposentações, IP